

Congelamento dá prejuízo

O congelamento das mensalidades escolares tendo como base o valor cobrado no ato da matrícula (correspondendo oficialmente à mensalidade a ser cobrada em janeiro) poderá prejudicar as escolas que renovaram a matrícula de seus alunos em novembro e já tiveram suas vagas esgotadas antes do final do ano. A situação foi apontada, ontem, durante a reunião da Comissão de Encargos Educacionais, pelo representante dos proprietários de escolas, Atef Aissami.

Muitas escolas abriram as matrículas em novembro sem especificar que o valor cobrado era provisório, apenas para homologar e garantir vaga do aluno para o ano seguinte. Os critérios de congelamento, esclarecidos na quinta-feira pelo coordenador da Comissão de Acompanhamento do Plano Verão, Cláudio Edilson, ao presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, determina que o congelamento se dará sobre o valor cobrado na matrícula quando não ficar comprovado claramente e documentalmente que o valor era provisório.

Em Brasília a efetivação da matrícula dos alunos é, normalmente, realizada antes do final do ano letivo e com isso a medi-

da poderá prejudicar algumas escolas. Atef Aissami não soube dizer quantas escolas poderão estar incluídas entre aquelas que não esclareceram que o valor seria provisório, podendo ser alterado posteriormente. "É uma injustiça para as escolas", afirma Atef Aissami.

Durante a reunião da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório transmitiu ao representante dos proprietários de escolas que não haverá outra maneira de calcular a mensalidade se as escolas não tiverem como comprovar que o valor seria apenas provisório — não adianta ter sido comunicado oralmente. Alguns membros da Comissão argumentaram que ninguém pode ter "uma bola de cristal" para adivinhar o que será estabelecido pelo Governo. "Mesmo que algumas escolas tenham sido "pegas no contrapé" não haverá outro jeito senão congelar no valor cobrado na matrícula", concluiu Júlio Gregório tentando ser fiel ao que foi dito durante o encontro no Ministério da Fazenda.

Atef Aissami levantou uma dúvida sobre a possibilidade de as escolas que se sentirem prejudicadas firmarem um acordo agora com os pais para tentar reduzir os possíveis prejuízos.